

Brasil leva plano a Montevidéu

Dinda Est

por Celso Pinto
de Buenos Aires

(Continuação da 1ª página)

O centro das preocupações dos devedores, que deverá refletir-se em Montevidéu, é ter garantias de que não haverá aumento no volume de transferências de recursos líquidos, o que implica uma exportação de capitais. Para isto, a ênfase

se deverá recair sobre a questão dos juros internacionais, principalmente os juros norte-americanos.

Uma baixa de 2% nos juros norte-americanos teria efeitos equivalentes, em termos de recursos, aos do Plano Baker. Um aumento da mesma ordem, de outro lado, poderia eliminar todos os seus benefícios. O que os países devedores deverão discutir é a necessidade de reduzir os juros, num esforço de ajuste simétrico aos dos devedores, e eventuais mecanismos de auto defesa no caso de elevação das taxas de juros. Não está certo se os países chegarão a detalhar mecanismos concretos nessa direção. De outro lado, contudo, existe a preocupação de que essa reunião de Montevidéu não se limite apenas a repetir as queixas das três reuniões anteriores do Grupo, o que reduziria ao mínimo o impacto de qualquer iniciativa futura.

A situação dos principais devedores latino-americanos mudou muito desde a reunião que criou o Grupo, em junho do ano passado. Na época, o México era o modelo de ajuste, sem problemas externos e com sucesso em seu programa com o FMI. A Argentina, por sua vez, estava em hostilidade aberta com os credores, resistindo em aceitar um acordo recessivo com o FMI. O Brasil colhia seus primeiros sucessos externos, mas continuava cumprindo apenas parcialmente seu programa com o FMI.

Hoje, tanto o México quanto a Argentina estão com necessidades urgentes de novos recursos. O México, castigado duramente pela queda dos preços do petróleo, precisará talvez de US\$ 4 bilhões no próximo ano. Sabe-se que o governo mexicano, embora tenha aumentado sua retórica em relação à dívida, está disposto a enfrentar novo acordo com o FMI. O custo da aplicação de um programa recessivo, hoje, é obviamente muito maior.

A Argentina precisa de cerca de US\$ 2 bilhões no próximo ano em dinheiro novo. Tem a seu favor o sucesso do "Plano Austral" em controlar a inflação. É candidata privilegiada ao Plano Baker, mas tem encarado com cuidado este papel: quer discutir as condicionalidades do plano e garantias de ingresso efetivo de recursos.

O Brasil, por seu lado, tem uma situação externa muito cômoda, ajudada ainda mais pela queda do petróleo. Recusa-se a assinar um programa com o FMI, mas tem pago suas contas em dia. No plano interno, enfrenta a ameaça de uma retomada inflacionária, o que provoca naturais dúvidas nos credores.

E desta alquimia de interesses divergentes dos três principais países devedores que sairá o resultado final de Montevidéu. De todo modo, a forte aproximação recente dos governos brasileiro e argentino em relação à questão da dívida é um bom indicador dos rumos que o Grupo de Cartagena deverá tomar.

por Celso Pinto
de Buenos Aires

A criação de um mecanismo conjunto e permanente de atuação dos países devedores pode ser uma das propostas a serem examinadas pelas onze nações latino-americanas que compõem o Grupo de Cartagena. Elas estarão reunidas na segunda e terça-feira próximas em Montevidéu.

Esta idéia, pelo que apurou este jornal, foi sugerida pelo Brasil e fez parte das discussões a nível técnico que brasileiros, mexicanos e argentinos começaram na quarta-feira passada, em Buenos Aires, e prosseguiram no dia seguinte, já em Montevidéu.

O princípio seria estabelecer para os países devedores um mecanismo de monitoração semelhante ao que existe entre os credores, seja através do FMI, seja pelo comitê conjunto dos bancos internacionais. O objetivo deste organismo, formado por técnicos dos onze países latino-americanos, seria acompanhar a condução das principais variáveis da economia mundial que possam afetar a dívida e sugerir eventuais medidas práticas. Caso, por exemplo, os juros

internacionais subissem além de um limite razoável, seriam examinadas formas de evitar os pagamentos adicionais.

A proposta, evidentemente, terá de ser submetida a todos os membros do grupo e sobreviver à discussão a nível ministerial: deverão comparecer tanto os ministros da Fazenda quanto os chanceleres dos países-membros do Grupo de Cartagena. Seja como for, certamente a questão da transferência real de recursos dos países endividados deverá ser um dos temas dominantes em Montevidéu.

E com este enfoque que deverá ser examinada a proposta do governo norte-americano (o Plano Baker) para os países devedores. Como se sabe, o Plano Baker prevê um aumento de US\$ 29 bilhões em novos recursos para quinze países devedores, num período de três anos, em troca da manutenção de programas de ajuste. A intenção explícita do plano é permitir uma retomada do crescimento nos países devedores. O Grupo de Cartagena deverá pronunciá-se coletivamente sobre a proposta.

(Continua na página 2)